

Na contramão da história

AROLDE DE OLIVEIRA

Começa a convergir o trabalho de construção do edifício constitucional em operosa e criativa atividade da Assembléia Nacional Constituinte.

Contudo, se por um lado a interação com a sociedade civil dá luzes a um texto capaz de interpretar seus anseios, por outro lado, a ação coordenada de grupos descomprometidos com a grandeza deste momento histórico insiste em distorcer a avaliação da vontade majoritária do povo brasileiro. Uma leitura mais profunda, por trás dos textos e além das discussões e dos debates, revela as verdadeiras intenções das minorias radicais: desacreditar e inviabilizar a democracia representativa, a economia de mercado e a livre iniciativa.

Já na fase das subcomissões ficaram claras as estratégias dos grupos de formação ou tendência marxista, que persistem em andar na contramão da história: a ditadura dos relatores; a ambigüidade dos textos; e a instituição de um quarto poder.

A primeira, vinculada ao processo legislativo, aproveita-se dos confusos mecanismos regimentais de votação e do poder de influência dos relatores, cuidadosamente escolhidos, para confundir e prejudicar a manifestação e a justa interpretação da vontade majoritária em plenário. Em qualquer etapa o relator pode ignorar tudo o que foi sugerido, discutido e aprovado nas etapas anteriores, e apresentar um substitutivo extraído da sua cabeça no momento de votação.

A segunda estratégia centra-se na inclusão de dispositivos com redação ambígua, remetendo sua interpretação a novas discussões e, eventualmente, a escalões onde possuem maior capacidade de influência.

Por fim, paradoxalmente, uma tática fascista de tomada do poder é adotada pela ala xiita da Constituinte, com a proliferação de propostas para criação de

conselhos de toda ordem, subtraindo competência dos três clássicos poderes da República, principalmente do Legislativo. Argumentam, cingidamente, que a instituição desses órgãos visa a democratizar o exercício do poder com a participação dos diversos segmentos da sociedade. Porém a verdade é bem outra. Conscientes de sua condição minoritária dentro do quadro maior da vocação, da índole e da formação liberal do nosso povo, compreendem a impossibilidade de chegar ao poder pelo instituto democrático do voto. Por isso, procuram instituir esses órgãos de poder paralelo, onde poderão participar em nome das imensas legiões de trabalhadores, de categorias profissionais e de membros de associações comunitárias, os quais são utilizados como massa de manobra da falsa representatividade. Sabemos que as assembleias gerais da maioria das entidades de classe, que elegem diretorias e decidem sobre greves, não conseguem reunir mais do que uma insignificante parcela dos seus filiados, constituindo ignominiosa farsa da democracia que pregam e procuram impor à sociedade.

Esse plano de fundo ideológico, além de ser anacrônico, prejudica os debates criativos e a negociação política. Não faz sentido um confronto sobre teses ultrapassadas quando dispomos de ricas informações sobre as experiências de todos os povos, disponíveis para subsidiar os trabalhos da Constituinte na elaboração de uma Carta moderna, consistente e duradoura.

A Nação brasileira precisa estar atenta ao engodo dessas propostas que nada têm a ver com os nossos valores e com as nossas tradições histórico-culturais, para não permitir que a crise conjuntural que atravessamos sirva de caldo de cultura ao discurso totalitário.

Arolde de Oliveira — Deputado Federal, Presidente da Subcomissão de Ciências Tecnologia e Comunicação e Vice-Líder do PFL na Assembléia Nacional Constituinte